



ANÁLISE DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES FUNCIONAIS DO AGRONEGÓCIO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA¹

Almir Arantes
Universidade do Estado de Mato Grosso

Claudete Inês Scroczyński
Universidade do Estado de Mato Grosso

Alcione Talaska
Universidade de Santa Cruz do Sul

Natalício Pereira Lacerda
Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica que contribua para análises de processos de desenvolvimento regional que ocorrem em regiões tidas como funcionais, dependentes do agronegócio, logo, vinculadas a lógicas externas, internacionais. Para tanto, estabelece como referência empírica a região de planejamento estadual Centro-Norte-Sinop, composta por nove municípios, localizada no norte do Estado de Mato Grosso, em plena Amazônia Legal. Como elemento estratégico de análise, o estudo indica que políticas públicas dinamizadas pelo Estado são decisivas neste processo. Nesse sentido, toma como exemplo quatro planos e programas que tem o potencial de impactar sobremaneira a região, ou seja, o Plano Amazônia Sustentável – PAS, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no trecho Cuiabá/MT – Santarém/PA, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. Como referência se adota, ainda, o recorte temporal 2002 a 2014, que compreende os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, período este também conhecido como neodesenvolvimentista.

Palavras-chave: Agronegócio; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Região.

1 Introdução

Com o objetivo de indicar uma proposta metodológica para análise de processos de desenvolvimento regional que ocorrem em regiões dinamizadas pelo agronegócio, este artigo, se referenciando na região de planejamento estadual mato-grossense Centro-Norte-Sinop, sugere que a mesma, por estar localizada na Amazônia Legal e ter seu cotidiano fortemente influenciado por lógicas econômicas diretamente vinculadas ao mercado global

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).



de grãos – soja – é um exemplo adequado para tal propósito. Tal proposição é reforçada ainda pelo fato da mesma ter sua dinâmica socioeconômica e ambiental diretamente influenciada por políticas públicas engendradas pelo Estado.

Neste sentido, a partir de pesquisa em execução, se acredita que é possível explicitar caminhos para uma análise que dê conta de identificar as afirmações e contradições, potencialidades e fragilidades de dinâmicas socio-histórica que apresentem características semelhantes à região Centro-Norte-Sinop.

Ou seja, o que se propõe é apontar caminhos possíveis para verificar se dinâmicas regionais inseridas em lógicas do capitalismo global, como as apontadas pelo agronegócio, podem ser identificadas como um processo de desenvolvimento regional que traga benefícios para a maioria de sua população.

Para tanto, num primeiro momento é apresentado uma breve contextualização histórica e geográfica da região indicada como referência de análise. Num segundo momento são apontados os caminhos que se consideram adequados, tanto de ordem teórica quanto metodológica, que deem conta de uma análise de processos de desenvolvimento regional.

Já enquanto considerações finais são explicitados e refirmados posicionamentos que propõem que o pesquisador deve expor as razões de suas escolhas teóricas e metodológicas em pesquisas que estudam fenômenos de ordem sócio-históricos.

2 Contextualizando o objeto de pesquisa

Não obstante o Brasil já ter iniciado um debate sobre desenvolvimento regional ainda nas décadas de 1940 e 1950, chamando a atenção principalmente para as regiões tidas como “atrasadas”, por exemplo, o Nordeste e a Amazônia, é no decorrer da ditadura militar entre 1964 e 1985, que políticas efetivas vinculadas a uma perspectiva de região tomam materialidade de fato. Através de políticas públicas engendradas pelo Estado, define-se que o desenvolvimento está condicionado a criação de “[...] polos regionais no Sul e no Nordeste, do tipo agrícola-industriais, e no Planalto Central e na Amazônia, de natureza agrícola-minerais. Dessa forma, complementar-se-ia o grande polo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte”. (TAVARES, 2002, p. 238).

Neste contexto, a Amazônia Legal se insere ao projeto desenvolvimentista servindo tanto como *locus* de investimento de capital, oriundo de grandes empresas e corporações nacionais e internacionais, em projetos agropecuários e minerais, quanto receptor de

contingentes populacionais oriundos de regiões tensionadas por conflitos de ordem fundiária.

Assim, o Estado financiará grupos econômicos para exploração do solo amazônico que montarão colonizadoras particulares incumbidas de atrair migrantes para fixar residência nesta parte do país. Ou seja, a Amazônia Legal nos planos do Estado serve a um duplo propósito: a territorialização do capital numa terra tida como inóspita e vazia demográfica; e também como região de povoamento para absorver uma grande massa de pessoas que já não tinha para onde ir.

Num período de 20 anos, milhares de famílias se deslocaram para o norte e centro oeste do Brasil em busca de terras formando povoados e vilarejos, que mais tarde dariam origem a diversos municípios. Porém, o projeto desenvolvimentista militar se esgota, dado a inconsistências internas e crise internacional, deixando o país, em meados dos anos de 1980, envolto numa profunda crise social e econômica.

Com um presidente civil no poder, José Sarney, que governa o país no período de 1985 a 1990, o Estado praticamente abandona projetos de desenvolvimento regional, cedendo importância para ações públicas que objetivavam debelar a altíssima inflação do período, endividamento externo, desemprego, crise de moradia, luta por reforma agrária, desequilíbrio nas contas públicas, entre outros problemas.

Com o reestabelecimento das eleições diretas em 1990, até o ano de 2002, o país é governado por presidentes (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) que se alinham a uma política neoliberal, cuja prioridade é combater a inflação, pagar credores internacionais, equilibrar a balança de pagamentos, abrir o país a produtos e serviços internacionais e promover reformas de Estado com privatizações de serviços e empresas e extinção de empregos públicos.

Neste sentido, projetos de desenvolvimento regional só adquirem importância quando vinculados a corredores de exportação, particularmente de produtos minerais e agropecuários. Assim, o Brasil começa a construir uma agenda econômica acoplada estreitamente ao mercado internacional de produtos relacionados ao setor primário, com destaque para a soja e o minério de ferro.

Neste cenário, o agronegócio se consolida como elemento decisivo para a economia brasileira, pois segundo a ótica dos governantes e da elite econômica e política do país, seria este o caminho que possibilitaria a competitividade do Brasil no mercado globalizado.

Contudo, sob esta perspectiva, os problemas sociais se agravam, o endividamento do país aumenta e a dependência do país para com o capital externo, principalmente o



especulativo se torna mais expressiva. O agronegócio, por sua vez, não obstante a este quadro perverso, mais fortalecido, passa a impor a agenda nacional, tanto de ordem política, quanto econômica e social.

Explicitando um enfrentamento às políticas de cunho neoliberal, Luiz Inácio Lula da Silva se elege presidente em 2002. Oriundo da classe trabalhadora, propondo um novo ciclo de desenvolvimento nacional tendo como elemento decisivo a atuação do Estado na economia, nos programas sociais e na pauta política do país. O novo governo estabelece que, muito embora não deixe de honrar contratos já assumidos, terá como prioridade tornar o país menos pobre e injusto, ao mesmo tempo em que o tornaria mais competitivo no âmbito do capitalismo globalizado.

A partir deste novo cenário político, o desenvolvimento regional volta a fazer parte da agenda pública propondo

a) promoção e integração/articulação das instituições de governo para o esforço da redução das desigualdades regionais; b) adoção de estratégias de ação em múltiplas escalas geográficas (em contraposição ao modelo tradicional de olhar para as macrorregiões do país, sobretudo Norte, Nordeste e Centro-Oeste); c) consolidação da PNDR [Política Nacional de Desenvolvimento Regional] como política de Estado (e não apenas de governo, o que não garante sustentabilidade ao processo). (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010, p. 11).

Naquilo que se refere à Amazônia Legal, região composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com uma área de 5.016.136,3Km², o Estado acena para um projeto que viabiliza um modelo de desenvolvimento pautado

[...] na inclusão social, na redução das desigualdades socioeconômicas, no respeito a diversidade cultural, na viabilização de atividades econômicas e competitiva que gerem emprego e renda e no uso sustentável dos recursos naturais, com a valorização da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ecológico desse importante patrimônio brasileiro. (BRASIL, CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p. 10).

O Estado de Mato Grosso, por sua vez, inserido neste contexto, também será impactado, seja na perspectiva econômica, social, cultural e ambiental. Com 141 municípios, 903.378,29 Km² e aproximadamente 3.033.991 habitantes, segundo o censo de 2010 (IBGE, 2015), na condição de um dos maiores produtores de soja do país, este estado se apresenta como um dos responsáveis pelo equilíbrio da balança de pagamentos nacional. Contudo, igualmente se destaca como um dos maiores responsáveis pelo desmatamento verificado nos biomas Amazônia e do Cerrado. Também merece atenção o fato de Mato Grosso ser socialmente e regionalmente desigual. Há regiões com altíssimos índices econômicos e



sociais, vinculadas ao agronegócio, bem como regiões extremamente frágeis economicamente.

Nesse sentido, das regiões mato-grossenses definidas pelo IBGE (Norte, Nordeste, Sudoeste, Centro Sul e Sudeste) é na porção Norte do estado, que tem no agronegócio a sua força, que se verificam os maiores PIBs, PIB *per capita* e IDHM.

Entretanto, reconhecendo que esta divisão se mostra insuficiente para efeitos de planejamento e ações, o governo estadual subdividiu o território do estado do Mato Grosso em 12 regiões: Noroeste-Juína, Norte-Alta Floresta, Nordeste-Vila Rica, Leste-Barra do Garças, Sudeste-Rondonópolis, Sul-Cuiabá-Várzea Grande, Sudoeste-Cáceres, Oeste-Tangará da Serra, Centro-Oeste- Diamantino, Centro-Sorriso, Noroeste-Juara e Centro-Norte-Sinop.

Nesta configuração estadual, a região Centro-Norte-Sinop, formada por 09 municípios, conforme Quadro 01 e Figura 01, com 49.825,29 Km² e 187.978 habitantes (IBGE, 2015), merece uma análise mais aprofundada, pois, pode ser vista como uma síntese de vários projetos decorrentes de processos de desenvolvimento regional induzidos pelo Estado.

Quadro 01: Municípios da Região de Planejamento Estadual Centro Norte Sinop – MT

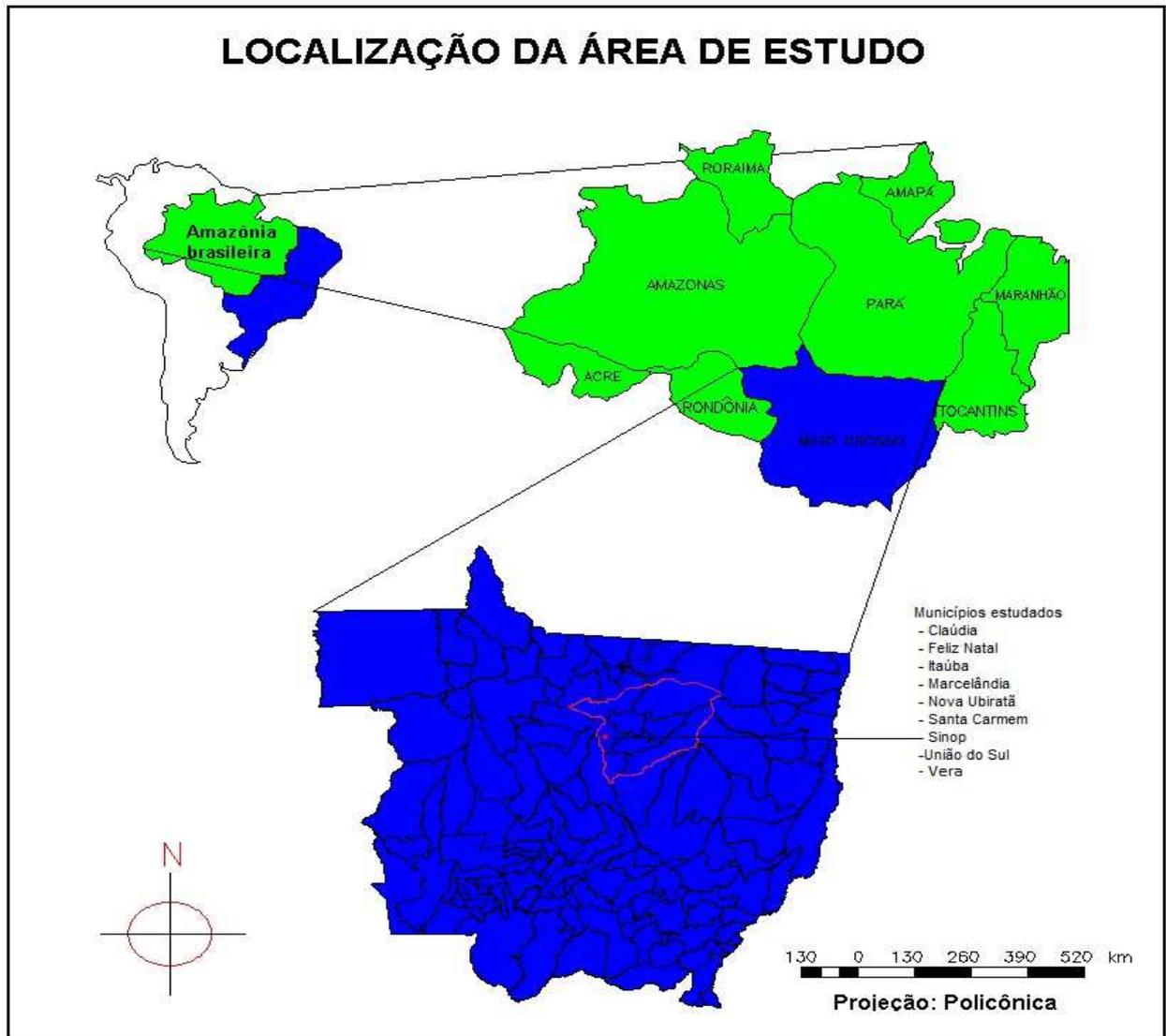
Município	Área total Km ²	Ano Emancipação	População (Projeção 2014)	Bioma
Claudia	3.849,99	1988	11.457	Amazônia
Feliz Natal	11.462,46	1995	12.440	Amazônia
Itaúba	4.529,58	1986	4.124	Amazônia
Marcelândia	12.281,25	1986	11.090	Amazônia
Nova Santa Helena	2.359,82	1998	3.550	Amazônia
Santa Carmem	3.855,36	1991	4.256	Amazônia
Sinop	3.942,23	1979	126.817	Amazônia e Cerrado
União do Sul	4.581,91	1995	10.650	Amazônia
Vera	2.962,69	1986	3.594	Amazônia
Área Total – 49.825,29 Km ²				

Fonte: IBGE, 2015. Dados organizados pelos autores da pesquisa.

Como elemento relevante há que se destacar ainda que todos os municípios desta região surgiram em razão do processo nacional de modernização da agricultura engendrado pelos governos militares que expulsou milhares de pequenos agricultores, principalmente do sul do Brasil que cediam espaço para lavouras intensivas. Também é passível de nota o fato de que todos estes municípios foram criados a partir de projetos de empresas colonizadoras da iniciativa privada.



Figura 01: Localização dos municípios da Região Centro-Norte-Sinop



Elaboração: Lacerda, 2013

Enfim, com esta breve contextualização é possível afirmar que a Região Centro-Norte-Sinop é uma forte referência de pesquisa naquilo que diz respeito a construção de processos de desenvolvimento regional.



3 Indicativos Teóricos e Metodológicos para uma análise sobre desenvolvimento regional

Diante do recorte temporal e espacial explicitado, é possível avançar na análise de processos de desenvolvimento indicando que conceituar região se faz necessário, entretanto, a partir de uma perspectiva histórica.

É preciso explicitar que este conceito reflete toda uma dinâmica social, logo, indica que o recorte regional trás em sua construção um processo contraditório, dinâmico e muitas vezes tenso em direção a um projeto de sociedade.

Neste sentido, conforme indica Santos (2008), se inicialmente região se configura a partir de processos orgânicos, sendo que características de identidade, exclusividade, limites e arranjos locais é o que prevalecia. Já a partir do século XX, com a chamada globalização econômica, é imperativo reconhecer que recortes regionais se dão na maioria das vezes em virtude de suas coerências funcionais politicamente firmadas e construídas envolvendo sujeitos distintos em “múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio espaciais históricos e geograficamente localizadas” (LIMONAD, 2004, p. 58).

Esta autora aponta ainda que uma regionalização também pode

[...] fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função de finalidade a que se propõe a atender e poderão estar pautadas em diversos modelos. (LIMONAD, 2004, p. 59).

Isto implica dizer que numa análise que se tem a região como referência tem-se que levar em conta que a mesma não precisa ter prazos de existência definidos e que, se tratando de regiões vinculadas ao agronegócio, as mesmas se movem e se articulam a partir de duas forças antagônicas: por um lado sobrevivem dado uma lógica da chamada globalidade capitalista, incorporando valores vinculados à competição regional, tanto em termos de país quanto de mundo. Logo, reforçando a divisão internacional do trabalho. Por outro lado, dialeticamente, o recorte regional também carrega em seu bojo identidades e projetos coletivos, comunitaristas e territorialmente arraigado, o que permite vislumbrar a possibilidade de uma nova perspectiva histórica.

Neste sentido, não se pode perder de vista que processos e projetos de desenvolvimento regional referenciados em regiões de agronegócio se fundamentam



primeiramente numa funcionalidade global, numa competitividade regional sujeita a oscilações de mercado, variações climáticas, de câmbio, subsídios governamentais, etc.

Porém, se referenciando novamente em Santos (2008), se verifica também que a racionalidade capitalista necessariamente não invalida contrapropostas históricas, sociais, muito embora sejam de difícil realização, sendo muitas vezes relegadas a segundo plano e a guetos alternativos.

Ainda se faz necessário esclarecer que, em se tratando de análise sobre processos de desenvolvimento regional construídos em realidades vinculadas ao agronegócio, a dinâmica regional e fortemente impulsionada pela atuação do Estado. Mediante políticas públicas, ou seja, um conjunto de ações, regras e procedimentos que estabelecem vínculos concretos entre poder público e sujeitos sociais, o Estado, conforme interesses estratégicos ou pressão de grupos econômicos, políticos e sociais, é elemento decisivo para dinamizar ou estagnar regiões inteiras.

Nesse sentido, levando em consideração que a região Centro-Norte-Sinop se encontra inserida num planejamento vinculado à Amazônia Legal, se acredita que atualmente é possível estabelecer como ponto de referência quatro ações do Estado que se apresentam potencialmente relevantes para provocarem transformações na região estudada. São elas:

a) Plano Amazônia Sustentável – PAS

O principal objetivo estabelecido por este plano é a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população. (BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, 2006).

b) Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no Trecho Cuiabá/MT - Santarém/PA - Plano BR-163

Este plano tem como objetivo geral implementar um novo modelo de desenvolvimento local e regional e organizar a ação de Governo, com base na valorização do patrimônio sociocultural e natural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras e no uso sustentável dos recursos naturais, visando à elevação do bem estar da população em geral. (BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, 2006).

c) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC



As políticas estabelecidas por este Programa lançado em 2007 têm como objetivo retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. (BRASIL, Ministério do Planejamento, 2013).

d) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2

Este documento além de reafirmar a retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas, objetiva ações de infraestrutura social e urbana. (BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, 2013).

A partir das referências colocadas, é preciso ressaltar, entretanto, que a própria construção política dos governos Lula e Dilma, marcada por uma busca de equilíbrio entre forças sociais antagônicas, elite econômica e política em detrimento da maioria da população pobre, nos remete ao entendimento que este quadro se revela

[...] extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação [logo, compreendem] a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população. (TEIXEIRA, 2002, p. 02-05).

Ressalta-se ainda que as políticas públicas acima referenciadas são estratégicas, pois estão ligadas intimamente ao modelo econômico, embora, também se possa dizer que as mesmas, naquilo que se refere aos seus impactos, se caracterizam igualmente por serem tanto redistributivas, pois distribuem recursos entre os grupos sociais, quanto também atingem o status de regulatórias, pois definem regras e procedimentos, considerando que, por seus intermédios, várias normas legais serão materializadas.

Assim, se pode afirmar que mesmas envolvem vários sujeitos e níveis de decisão. São abrangentes, proporcionam impactos tanto a curto quanto a médio e longo prazo, envolvem processos posteriores a suas decisões e proposições, pois, implicam também em implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 20-45).

Diante de tais elementos, é imprescindível pontuar que, como aporte teórico, tem que se levar em consideração o caráter dialético da sociedade na qual “[...] indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas”. (MARX, ENGELS, 2001, p. 18).

Ainda seguindo este referencial teórico é essencial explicitar que neste contexto o conceito território usado se faz necessário. Ou seja, é preciso ter claro que o mesmo indica “[...] objetos e ações, sinônimo de espaço habitado”. (SANTOS, 2005, p. 235). Ou seja, “É o

uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS, 2005, p. 235).

Isto implica em dizer que em uma pesquisa sobre desenvolvimento regional é preciso destacar que a construção de uma região se dá sobre um território usado que é “[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. (BERNARDES, ZERBINI, GOMES, *et al.*, 2001, p. 01). Logo, o território é uma construção tensa e contraditória, com afirmações e negações, sem prazo determinado. É um processo dialético que sintetiza tanto a unidade quanto a diversidade, que apresenta um conjunto de sistemas, objetos e ações. (SANTOS, 2010).

A partir destes referenciais, é possível estabelecer um roteiro de análise que possa conduzir à respostas para a seguinte indagação: Como se constroem processos de desenvolvimento regional em regiões funcionais vinculadas à lógica do agronegócio? Refazendo a questão se pode indagar: É possível haver desenvolvimento em regiões que sobrevivem economicamente do agronegócio?

Para se obter possíveis respostas a estas indagações é necessário num primeiro momento historicizar o movimento de territorialização dos municípios que compõem a região Centro-Norte-Sinop, contextualizando a dinâmica espacial e temporal numa escala regional, nacional e internacional.

Uma segunda ação necessária em análises de processos de desenvolvimento regional é identificar e esclarecer a apropriação original das riquezas naturais, se a mesma se constrói de forma solidária, comercial, litigiosa, outorgada pelo Estado ou envolvendo todas estas formas simultaneamente.

Seguindo a construção de um roteiro de análise, é preciso também reconhecer formas de poder que são construídas no território e explicitar tanto como se dá tal construção e sua manifestação nas relações sociais, quanto sua apropriação por sujeitos históricos.

Já o próximo passo consiste em verificar como o Estado tem historicamente materializado a sua presença no território; que normas e que ações diretas ou indiretamente contribuíram e contribuem para a construção identitária da região. Neste sentido, se faz necessário elaborar um estudo detalhado sobre os conteúdos dos planos e programas identificados como relevantes para a pesquisa; Plano Amazônia Sustentável – PAS, Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no Trecho Cuiabá/MT - Santarém/PA - Plano BR-163, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e Programa de Aceleração do Crescimento 2.



É preciso verificar também o alcance territorial de tais medidas, que forças sociais contribuíram para a sua feitura, o orçamento colocado à disposição para fomentar as ações planejadas, as normatizações que as institucionalizaram.

Ainda é preciso destacar quais ações destas medidas foram realmente implementadas, no período estudado, 2003 a 2014, a qualidade desta execução e quais setores da sociedade foram diretamente afetados.

A partir de tais procedimentos é possível sistematizar referenciais quantitativos e qualitativos que possam explicitar que impactos ocorreram no território e como os grupos sociais tiveram suas dinâmicas de vida alteradas a partir da implementação das políticas públicas citadas.

Nesse sentido, mediante coleta de dados é necessário obter as seguintes informações:

- a) No período estudado houve processos de concentração ou distribuição de renda?
- b) Como a terra, no período estudado, maior referencial de riqueza da região, é ocupada entre pequenos, médios e grandes produtores?
- c) Como se comportou o índice de emprego e desemprego na região em análise?
- d) Que alterações existiram no quesito saúde, educação, renda, moradia, transporte, acesso à água, luz, esgoto, cultura e a outros bens de consumo?
- e) Quanto ao setor produtivo: o agronegócio avançou ou regrediu? Quais produtos tiveram maior impacto? Que dimensão espacial ocupou? Que setores da sociedade mobilizou ou desmobilizou?
- f) E a agricultura familiar: foi dinamizada ou sufocada no processo? Como isto se deu? Quais produtos e população foram mobilizados no processo?
- g) Ainda se faz necessário verificar aspectos sobre a dinâmica demográfica ocorrida no espaço temporal avaliado. A região recebeu ou expulsou habitantes? No interior do território a população rural aumentou ou diminuiu em relação a população urbana?
- h) Que obras ligadas a logística produtiva foram realizadas e que impactos ocorreram? Quantas obras públicas direcionadas ao cotidiano da população foram executadas e quais efeitos sociais provocaram?
- i) Quanto ao PIB e PIB *per capita*, houve alterações? O IDHM avançou ou recuou? Qual foi o volume de importação e exportação apresentado? Que produtos se evidenciam neste processo? Como se comportam as receitas e despesas públicas da região?



- j) E a paisagem do território como foi afetada? Que impactos ambientais ocorreram ou não ocorreram em razão das ações realizadas, processos incrementados e novos produtos incorporados ao território?

Cabe aqui destacar que as informações obtidas, entre outras, sempre que possível, devem ser comparadas com as do estado do Mato Grosso, do Brasil e com regiões, tanto as que apresentam perfis semelhantes quanto aquelas que se diferenciam da região Centro-Norte-Sinop.

Como indicativo para se pesquisar processos de desenvolvimento regional ainda pontua-se a necessidade de pesquisa de campo. É preciso registrar as alterações ocorridas no território através de imagens, falas, depoimentos. É preciso identificar quais impressões os diversos setores da sociedade têm sobre este período e que perspectivas de futuro possuem? É preciso verificar também se o cotidiano dos grupos sociais foi impactado e como se deu este processo.

Assim, diante das informações e dados coletados é possível analisar se economicamente a região se dinamizou ou não, se está atraindo ou expulsando habitantes, como as riquezas geradas são distribuídas socialmente, como os meios de produção estão distribuídos no seio da sociedade, se o ambiente está sendo degradado ou explorado sustentavelmente, se os serviços e bens de consumo estão ao alcance da maioria da população, como a propriedade privada está distribuída e se está acessível a maioria da população. Neste processo, ainda, é preciso explicitar quais os grupos sociais que estão sendo incluídos e quais os setores da sociedade são excluídos dos possíveis benefícios gerados pelo processo, no período.

Com as respostas construídas em mãos, é possível avaliar quais as fragilidades do processo engendrado e que potencialidades apresentam. Que ameaças internas e externas existem e qual a força que a região possui diante das mesmas. Como os recursos naturais são otimizados, que impactos ambientais, sociais e econômicos isto provoca. Que longevidade histórica possui a dinâmica socioeconômica empreendida.

Não obstante a isto, é preciso avaliar ainda se as políticas públicas implementadas geram dependência do poder público ou propiciam construções de projetos sociais autônomos da sociedade. É preciso destacar também como se dá a relação com o mercado, nacional e internacional. Se há equilíbrio entre importação e exportação e quais as defesas frente crises externas.



4 Considerações finais

Ao se propor identificar e analisar processos de desenvolvimento regional em territórios vinculados ao agronegócio comprometidos com uma dinâmica capitalista globalizada, a despeito dos cuidados necessários para a aplicação de técnicas de coleta, construção e análise de dados, se entende que aspectos metodológicos devem caminhar junto com questões teóricas, se reconhecendo o caráter provisório do conhecimento gerado.

Nesse sentido, se aponta para a possibilidade de se trabalhar conjuntamente com os conceitos, compreendendo e explicando. O que indica que na provisoriedade dos resultados obtidos há uma dose de subjetividade inerente à relação entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido, influenciada por questões históricas, por isso, a importância do caráter compreensivo. Já no que diz respeito a pretensão explicativa, a mesma se fundamenta na possibilidade de demonstração de regularidades no mundo social e histórico, baseadas num relacionamento dialético entre sujeitos e estruturas num plano geral.

Logo, é preciso ressaltar que ao se reconhecer o caráter dinâmico, contraditório, tenso, com construções e desconstruções, provisório, dialético de processo de construção do desenvolvimento regional, e que a população de uma região não é homogênea e nem tem perspectivas históricas únicas, o que indica comportamentos sociais determinados, se reconhece também que a construção de conhecimento sobre este processo também é dinâmico e contraditório, e não é neutro.

Neste sentido, a despeito de se utilizar recursos de ordem quantitativa, afirma-se que análises de desenvolvimento regional devem ter um caráter qualitativo, que ao objetivar identificar o caráter processual do fenômeno estudado, o pesquisador também se coloca como sujeito histórico.

A partir de tais referências, se acredita na possibilidade de se avaliar dinâmicas regionais numa perspectiva processual bem como indicar se este fenômeno pode ou não ser considerado como um processo consistente de desenvolvimento regional sob o ponto de vista social, econômico e ambiental.

5 Referências Bibliográficas

BERNARDES, A.; ZERBINI, A.; GOMES,; et al. **O Papel ativo da Geografia: Um manifesto.** Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona nº 270, 24 de enero de 2001.



- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de Aceleração do Crescimento**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.casacivil.gov.br>.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano de Aceleração do Crescimento 2**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.ministeriodoplanejamento.gov.br>.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém**. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2009. Disponível em: <www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Site Institucional, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br
- LIMONAD, Ester. **Brasil Século XXI, Regionalizar para quê?** In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil, século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos, escalas**. São Paulo : Max Limonad, 2004
- MARX , Karl e ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. 2. ed., tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. 4 ed., 4a. Reimp., São Paulo, Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton.; Silveira, Maria. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13 ed. Rio de Janeiro, Record, 2010.
- SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: Osal: Observatório Social de América Latina. Año 6 n° 16 (jun 2005) Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16>
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão de literatura**. Porto Alegre, RS : Sociologias, ano 08, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- TAVARES, Hermes M. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil**. In. ROBERTO et al. Cadernos IPPUR, Ano XV, n° 2, Ago-Dez/ Ano XVI, n° I, Jan-Jul 2002. RJ: UFRJ/IPPUR, 2002.
- TEIXEIRA, Rodrigo. A. Pinto, Eduardo. C. **A Economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n° Especial, 2012, p. 909-941.